



PARECER PRÉVIO TCE/TO Nº 38/2022-PRIMEIRA CÂMARA

- 1. Processo nº:** 11545/2020
2. Classe/Assunto: 4.PRESTAÇÃO DE CONTAS
2.PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO - CONSOLIDADAS - 2019
3. Responsável(eis): RAIMUNDA VIRGILENE SOUSA DE OLIVEIRA - CPF: 47724501220
4. Origem: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO OURO
5. Relator: Conselheira DORIS DE MIRANDA COUTINHO
6. Distribuição: 5ª RELATORIA
7. Representante do MPC: Procurador(a) MARCOS ANTONIO DA SILVA MODES

EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. PREVIDENCIÁRIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO - CONSOLIDADAS. DÉFICIT FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO. DIVERGÊNCIA ENTRE O BALANÇO PATRIMONIAL E O DEMONSTRATIVO DO ATIVO IMOBILIZADO. DIVERGÊNCIA ENTRE OS SALDOS DO BALANÇO FINANCEIRO. OMISSÃO DE REGISTRO CONTÁBIL. PARECER PRÉVIO PELA REJEIÇÃO.

8. DECISÃO

VISTOS, discutidos e relatados os presentes autos que tratam das Contas Anuais Consolidadas de responsabilidade da senhora Raimunda Virgilene Sousa de Oliveira, Chefe do Poder Executivo de Barra do Ouro - TO, relativas ao exercício financeiro de 2019, apresentadas a esta Corte para fins de emissão de parecer prévio, nos termos do artigo 33, I da Constituição Estadual, artigo 1º, I da Lei Estadual nº 1.284/2001, artigo 28 do Regimento Interno.

Considerando a Resolução Pleno TCE/TO nº 628/2020 e o julgamento da Repercussão Geral, tema 835, do Recurso Extraordinário nº 848826-STF, a apreciação das contas dos prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, é de competência das respectivas Casas Legislativas, portanto, esta Corte entendeu, por meio da sobredita Resolução, que as contas de ordenadores do exercício 2019, cujas Contas Consolidadas dos respectivos exercícios ainda não tenham recebido Parecer, devem ser apensadas a essas para que recebam Parecer Prévio único;

Considerando o disposto no art. 31, §1º da Constituição Federal; artigos 32, §§1º e 33, I da Constituição Estadual; artigo 82, §1º da Lei nº 4.320/64; artigo 57 da Lei Complementar nº 101/00 e artigo 1º, I e 100 da Lei nº 1284/2001;

Considerando a uniformização do procedimento para as contas de 2018, 2019 e 2020, e sistematizando o entendimento das Resoluções nºs 628/2020 e 930/2021, uma vez que as contas consolidadas contemplam a 7ª remessa;

Considerando que, ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal de Contas formula opinião em relação às citadas contas, atendo-se à análise da gestão contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e cumprimento dos índices Constitucionais, ficando o julgamento destas sob a responsabilidade das Câmaras Municipais;

Considerando que a manifestação ora exarada se baseia exclusivamente no exame de documentos sob o aspecto da veracidade ideológica presumida;

Considerando, finalmente, que ficam pendentes de quitação as responsabilidades de administradores e demais responsáveis pela ordenação de despesas cujas contas dependem de julgamento por

este Tribunal;

Considerando tudo que há nos autos.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pela Relatora, em:

8.1. Emitir Parecer Prévio pela **Rejeição** das Contas Anuais de responsabilidade da senhora Raimunda Virgilene Sousa de Oliveira, Chefe do Poder Executivo de Barra do Ouro – TO no **exercício financeiro de 2019**, as quais contemplam os demonstrativos contábeis referentes a 7ª (sétima) remessa do SICAP-Contábil, nos termos dos artigos 1º, incisos I, 10, II e 103 da Lei Estadual nº 1284/2001 c/c artigo 28 do Regimento Interno desta Corte de Contas, tendo em vista as seguintes irregularidades:

1. Déficit orçamentário consolidado de R\$ 695.330,02 e na fonte de recurso 010 (próprios) de R\$ 621.314,76, que atingiu 4,10% da receita gerida, entre outras, acima dos limites aceitáveis por esta Corte de Contas, em desconformidade com art. 169 da Constituição Federal; arts. 1º, § 1º, 4º, I, “b”, e 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF e art. 48, “b”, da Lei nº 4.320/1964, Item 5.1.1 do relatório técnico. Análise ocorrida nos itens 8.5.2 e 8.5.2.1 do voto.
2. Déficit financeiro global de R\$ 1.149.826,08 e na fonte de recursos 0010 e 5010 - Recursos Próprios de R\$ 1.165.493,36, entre outras, que atingiram 7,52% da receita gerida, em descumprimento ao que determina o art. 1º § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Item 7. 2.7 do Relatório). Análise ocorrida nos itens 8.6.2 e 8.6.3.1 do voto.
3. Não houve consonância entre o saldo financeiro para o período seguinte (Balanço Financeiro 2018) de R\$ 429.544,92 e o saldo financeiro do período anterior de R\$ 387.353,23 (Balanço Financeiro atual), apura-se uma divergência de R\$ 42.191,69, em desacordo com as Normas do TCE/TO e arts. 83 a 100 da Lei Federal nº 4.320/64 (Item 6 do Relatório). Análise ocorrida no item 8.6.4 do voto.
4. Divergência de R\$ 14.701,01, entre o valor total das receitas (R\$ 18.680.608,97) com o total das despesas (R\$ 18.665.907,96) no Balanço Financeiro (Item 6 do Relatório). (Em descumprimento ao art. 83 da Lei nº 4.320). Análise ocorrida no item 8.6.4 do voto.
5. Divergência de R\$ 1.208,54 entre o demonstrativo bem ativo imobilizado no exercício de 2019, na conta contábil referente à aquisição de Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis de R\$ 5.135.509,65 com os totais das liquidações do exercício e de restos a pagar referentes às despesas orçamentárias de Investimento e Inversões de R\$ 5.134.301,11 não guardando uniformidade entre as duas informações (Item 7.1.2.1 do Relatório). Análise ocorrida no item 8.6.6 do voto.
6. Não reconhecimento no passivo com atributo "P" das despesas de exercícios anteriores no valor de R\$ 319.042,96, alterando o resultado orçamentário, financeiro e patrimonial, (item 5.1.1 do relatório). Análise ocorrida no item 8.6.8 do voto.

8.2. Ressalvas

1. Ausência de lançamento na conta contábil “Crédito Tributário a Receber” em desconformidade ao que determina o MCASP. (Item 7.1.1.1 do Relatório). Análise ocorrida no item 8.6.5 do voto.
2. A apuração da Contribuição Patronal - RGPS - Registros Contábeis, demonstra que, contabilmente, o Município de Barra do Ouro contribuiu 18,72% para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, estando em desconformidade com o percentual estabelecido pela legislação vigente (Item 9.3.1 do Relatório, quadro 34). Análise ocorrida no item 8.13.1 do voto e considerado o percentual extraído da execução orçamentária de 21,13%.

3. Divergência entre os registros contábeis, orçamentários da contribuição patronal devida ao regime próprio de previdência-RGPS lançados nas contas de variações patrimoniais (quadro 33), com o valor liquidado (quadro 34) e o valor informado no anexo único da Portaria nº 246/2020 (item 9.3.1 "d" do relatório técnico. Análise ocorrida no item 8.13.2 do voto.

4. A despesa total do FUNDEB de R\$ 3.626.242,58 ultrapassou a receita de R\$ 3.602.685,43, indicando a utilização, de forma indevida, de recursos não vinculados ao FUNDEB, evidenciando descumprimento dos códigos estabelecidos na Portaria/TCE nº 914/2008, bem como utilização de fontes distintas para a mesma despesa, nas fases de empenho, liquidação e pagamento (Item 10.3 do Relatório). Análise ocorrida no item 8.9.1 do voto.

5. Valor registrado na conta contábil 1.1.3.4... – Créditos por Danos ao Patrimônio, sem notas explicativas conforme solicitado pela IN TCE TO nº 4/2016, (termo de alerta item 1.4, evento 5 e item 7.1.1.2 do relatório). Análise ocorrida no item 8.6.7 do voto.

8.3. Determinar ao gestor atual que adote medidas para não incorrer em irregularidades quando da prestação de contas, conforme ocorrências a seguir elencadas:

a) realize o controle da execução da despesa por fonte de recurso, nos termos do artigo 43 da Lei nº 4.320/64 e parágrafo único do artigo 8º c/c inciso I do artigo 50 da Lei nº 101/2000 – LRF, e a correta contabilização dos recursos, em conformidade com o Plano de Contas Único, regulamentado por meio da IN-TCE/TO nº 02/2007, alterada pela IN-TCE/TO nº 12/2012 e demais modificações instituídas por Portaria;

b) faça a conferência dos registros contábeis, inclusive o Controle da Disponibilidade por Destinação de Recurso-DDR de forma a evitar *déficits* irreais em determinadas fontes de recursos;

c) efetue os registros contábeis de acordo com as novas metodologias determinadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, observando os enfoques patrimonial e orçamentário;

d) realize a conciliação dos registros contábeis para não apresentar divergência entre as demonstrações contábeis e demais relatórios da Lei nº 4320/1964 e LRF;

e) elabore as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em consonância com Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público-NBCTSP nº 11 e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição;

f) faça o registro da despesa por competência, conforme determina a Resolução Plenária nº 265/2018 e as normas de contabilidade aplicadas ao setor público;

g) cumpra as metas estabelecidas pelo IDEB;

h) implemente as recomendações expedidas no decorrer deste voto.

8.4. Determinar à Diretoria Geral de Controle Externo que implemente mecanismos de acompanhamento das recomendações/ressalvas contidos nos Pareceres Prévios, incluindo-as no Relatório de Análise Técnica.

8.5. Determinar à Secretaria da Primeira Câmara que dê ciência deste Parecer Prévio à Diretoria Geral de Controle Externo e ao atual gestor para conhecimento e providências das determinações contidas no item anterior.

8.6. Ressaltar o fato de que a manifestação ora exarada se baseia exclusivamente no exame de documentos de veracidade ideológica apenas presumida, uma vez que demonstraram satisfatoriamente os atos e fatos registrados até 31/12/2019.

8.7. Determinar a publicação deste Parecer Prévio no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, na conformidade do artigo 341, §3º do Regimento Interno, para que surta os efeitos legais necessários.

8.8. Esclarecer à Câmara Municipal que, nos termos do artigo 107 da Lei Orgânica desta Casa, deverá ser encaminhada cópia do ato de julgamento das contas a esta Corte.

8.9. Esclarecer que esta decisão não elide a competência desta Corte de Contas ao julgamento individualizado, quando do exame dos atos dos (as) senhores (as) Prefeitos (as), enquanto ordenadores de despesas.

8.10. Determinar à Secretaria da Primeira Câmara deste Tribunal de Contas que após o trânsito em julgado, expeça ofício à Câmara Municipal de Barra do Ouro -TO, conforme disposto no artigo 35 do Regimento Interno desta Corte de Contas e, após as providências administrativas, sejam os autos encaminhados à Coordenadoria de Protocolo Geral objetivando arquivamento.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Sala das Sessões, em Palmas, Capital do Estado, aos dias 22 do mês de março de 2022



Documento assinado eletronicamente por:

JOSE WAGNER PRAXEDES, PRESIDENTE (A), em 22/03/2022 às 15:02:19, conforme art. 18, da Instrução Normativa TCE/TO N° 01/2012.

DORIS DE MIRANDA COUTINHO, RELATOR (A), em 22/03/2022 às 15:56:13, conforme art. 18, da Instrução Normativa TCE/TO N° 01/2012.

MARCOS ANTONIO DA SILVA MODES, PROCURADOR (A) DE CONTAS, em 22/03/2022 às 13:47:28, conforme art. 18, da Instrução Normativa TCE/TO N° 01/2012.

MANOEL PIRES DOS SANTOS, CONSELHEIRO (A), em 22/03/2022 às 14:18:53, conforme art. 18, da Instrução Normativa TCE/TO N° 01/2012.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tceto.tc.br/valida/econtas> informando o código verificador **202418** e o código CRC 7D76846